NA FRONTEIRA

QUAIS PRINCÍPIOS DEVEM GUIAR O DESENHO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA ERA DA AUTOMAÇÃO?

Cristina Caldas[1]

A área de "*machine learning*" vem crescendo exponencialmente nos últimos anos, com computadores aprendendo a reconhecer padrões e aperfeiçoando tarefas, antes desempenhadas exclusivamente por humanos. As implicações desse desenvolvimento tecnológico vão desde, por exemplo, oferecer um melhor atendimento em *call centers* até um diagnóstico mais preciso de doenças, entre tantas outras.

Surgem, assim, discussões a respeito do impacto da "automação de tudo" na oferta de empregos. Especialistas estimam que 83% dos empregos com baixos salários serão em breve automatizados, segundo estudo de 2016 do U.S Council of Economic Advisers. Até 2018, serão 1,3 milhão de robôs industriais atuando em fábricas ao redor do mundo, de acordo com a Federação Internacional de Robótica.[2]

E como os formuladores de políticas públicas deveriam reagir a esse novo cenário trabalhista na era da automação?

A resposta, segundo Andrew McAfee e Erik Brynjolfsson, é que dois princípios devem ser seguidos: *i)* permitir flexibilidade e experimentação, em vez de impor restrições; e *ii)* encorajar diretamente o trabalho em vez de planejar por sua obsolescência. Tais ideias foram publicadas este ano, na revista Foreign Affairs,[3] pelos referidos professores do Massachusetts Institute of Technology (MIT).

Brynjolfsson e McAfee destacam que embora o momento atual demande flexibilidade, os formulares de políticas públicas parecem estar se movendo na direção contrária. Na década de 1950, apenas 5% dos trabalhadores norte-americanos eram obrigados a obter licença para desenvolver suas atividades. Em 2008, esse número subiu para 30%. O licenciamento excessivo leva a uma redução na participação da mão de obra, aumento do desemprego por tempo prolongado e aumento no número de contratos de trabalho em regime de tempo parcial.

Os autores defendem que a experimentação na área das relações trabalhistas é imprescindível para desenhar políticas públicas baseadas em avaliações empíricas. Tais estudos ainda são escassos no Brasil.

O segundo princípio defendido pelos autores é o de que as políticas públicas devem estimular mais pessoas a trabalhar. Uma das formas de alcançar esse objetivo é o subsídio salarial, como por exemplo o "Earned Income Tax Credit" nos Estados Unidos. Tal iniciativa oferece um benefício anual de US$D 6.242 por família com três ou mais crianças, disponível apenas para assalariados, oferecendo um incentivo direto ao trabalho. Estudos mostram que subsídios salariais incentivam as pessoas a trabalharem por mais horas (e aumentam o crédito no imposto).

Testar, experimentar e avaliar uma combinação de políticas públicas é necessário para entender melhor as perdas e ganhos, assim como os efeitos de incentivos em variações das políticas públicas.

Brynjolfsson e McAfee terminam o artigo em tom otimista:

> A ascensão de computadores inteligentes pode e deve ser uma boa notícia para a economia. Trará grande prosperidade material, saúde, e outros benefícios que não podem ser previstos. Mas uma prosperidade amplamente compartilhada não é automática ou inevitável. Na nova era das máquinas, serão necessários humanos para conseguir isso.

Afinal, máquinas substituirão trabalhadores? David Autor,[4] também do MIT, acredita que jornalistas e especialistas "tendem a exagerar a extensão da substituição de máquinas pelo trabalho humano e ignoram as fortes complementaridades entre automação e trabalho no aumento da produtividade, dos ganhos e da demanda por trabalho".

---

1. Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) no Ipea. Doutora em imunologia pela Universidade de São Paulo. Pós-doutoranda do Massachusetts Institute of Technology (MIT).

2. Disponível em: <goo.gl/z1KDFX>.

3. Disponível em: <goo.gl/3xlUMN>.

4. Disponível em: <goo.gl/i9mZr3>.